



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Presidência

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NOS PROGRAMAS DE CONTROLE DE EMISSÕES VEICULARES.

### 2 - DA JUSTIFICATIVA

A obtenção destes equipamentos e insumos é de grande importância para realização das ações de , tais como o Procon Fumaça Preta e o Programa de Fiscalização Arla-32 para coibir fraudes no Sistema SCR e de uso do Líquido Catalítico Arla-32, ambos previstos pelo Plano de Controle de Poluição Veicular do Estado do Rio de Janeiro – PCPV, republicado pela Resolução CONEMA nº 70 de 19 de janeiro de 2016. Esses recursos são fundamentais para viabilizar o apoio técnico e logístico necessário no monitoramento, fiscalização e inspeções relacionadas a esses programas. Eles possibilitam a realização de testes precisos nos veículos em circulação, identificando fraudes no sistema de controle de emissões, e contribuem para garantir o cumprimento das normas ambientais vigentes.

#### Área Requisitante

Órgão/Entidade: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Unidade/Setor/Departamento: **Serviço de Controle de Poluição Veicular - SERVCPV**

### 3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Os produtos cotados deverão atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

Objeto da demanda, segundo o catálogo de materiais e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com a seguinte descrição:

CÓDIGO SIGA	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
5210.135.0001	187370	Opacímetro - OPACIMETRO, MEDIDOR OPACIDADE, COMPONENTES: OPACIMETRO PARA MEDICAO DE TEOR DE FULIGEM DE MOTOR A DIESEL - METODO ABSORCAO DE LUZ, ESCALA: DE 0% A 100%, FAIXA MEDICAO: 0 M-1 ATE 9,99 M-1, PRECISAO: +/- 0,5%, VARIACAO: 0,5% / HORA, TEMPO RESPOSTA: 80MS A 90% DO FUNDO E ESCALA, COMUNICACAO: USB E/OU BLUETOOTH, BATERIA: RECARREGAVEL 12V, NORMA: NBR12897, NBR13037, IBAMA IN6/2010 E CONAMA N° 418/2009, ACESSORIOS: BANCO OPTICO E SONDA DE AMOSTRAGEM, CABO DE	UN.	2

		COMUNICACAO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE		
6641.049.0015	187144	Refratometro - REFRATOMETRO, TIPO: REFRATOMETRO DIGITAL PARA UREIA, SUBDIVISAO: FAIXA DE MEDICAO DE (0,0%~51,0%); PRECISAO: +/-0,5% OU INFERIOR, ACESSORIOS: N/A, ESCALA: 0,1%, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN.	6
8340.005.0010	84728	Gazebo - TENDA, MATERIAL: LONA, ESTRUTURA: ACO GALVANIZADO, MODELO: SANFONADA, TAMANHO: 3 X 3 M, PERSONALISADO: NAO	UN.	3
7195.016.0027	189093	Mesa - MESA CAMPING, FORMATO: RETANGULAR, DIAMETRO: N/A, MATERIAL TAMPO: POLIETILENO, MATERIAL BASE: ESTRUTURA EM ACO INOX E BASE CENTRAL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: DOBRAVEL, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN.	5
7195.018.005	187322	Cadeira - CADEIRA (USO GERAL), MATERIAL ESTRUTURA: CADEIRA DE ALUMINIO DOBRAVEL COM SUPORTE 120 KG, BRACO: COM BRACO, ENCOSTO: COM REGULAGEM, REVESTIMENTO ENCOSTO: POLIESTER, COR: N/D, UTILIZACAO: ESTACAO DE TRABALHO EM CAMPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN.	6
6515.591.0040	166316	Seringa - SERINGA HIPODERMICA PADRONIZADA, MATERIAL: POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ESTERIL, TIPO BICO: CENTRAL LUER SLIP, CAPACIDADE: 60 ML, GRADUACAO MAXIMA: NUMERADA NORMAS ABNT, EMBOLO: ROLHA EM BORRACHA, SILICONIZADO, LUBRIFICADO, LIVRE DE LATEX, AGULHA: SEM, MATERIAL PONTA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN.	1000
8115.010.0077	187373	Caixa térmica (54 litros) - CAIXA TERMICA, MATERIAL CAIXA: POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, COR: AZUL, MATERIAL ISOLAMENTO INTERNO: ESPUMA DE POLIURETANO, CAPACIDADE: 54L, MODELO TAMPA: REMOVIVEL, QUANTIDADE ALCA: 1, ACESSORIO: RODIZIOS, ALCAS E SUPORTE PARA COPOS, DIMENSÃO (C X L X H): 34CM X 45CM X 39CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN.	2
6685.010.0028	187150	Pistola Infravermelho - TERMOMETRO PORTATIL, FAIXA MEDICAO: 50°C A 400°C, MODELO: DIGITAL MIRA LASER, COR: N/A, DISPLAY: VISOR LCD COM ILUMINACAO, ACESSORIO: SEM, TIPO SENSOR: INFRAVERMELHO, TENSÃO: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN.	4
3650.002.0005	188964	Conta Gotas Dosador - CONTA GOTAS MEDICAMENTO, MATERIAL: POLIETILENO, COMPRIMENTO: 150 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE 3ML	UN.	45
8125.001.0003	187372	Frascos - GARRAFAO, MATERIAL: GARRAFA DE PLASTICO, PET, POLIETILENO, TRANSPARENTE, APLICACAO: N/D, CAPACIDADE: 100ML, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN.	1000

4970.007.0022	189109	Mangueira de silicone - MANGUEIRA INDUSTRIAL, DIAMETRO INTERNO: 8MM, DIAMETRO EXTERNO: 11MM, MATERIAL: SILICONE, MODELO: FLEXIVEL, APLICACAO: SUCCAO, MATERIAL TUBO INTERNO: SILICONE, QUANTIDADE REFORCO: N/A, TIPO REFORCO: N/A, MATERIAL COBERTURA: SILICONE, COR: TRANSPARENTE, PRESSAO MAXIMA TRABALHO: N/A, SUPERFICIE: LISA, TEMPERATURA OPERACAO: -50 A +120 °C, PADRAO: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	M.	100
---------------	--------	---	----	-----

#### 4 – DA DESCRIÇÃO DO ESCOPO:

##### 4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Nome	Especificação Técnica	Quantidade
1	Opacímetro	Atender as NBR12897, NBR13037, IBAMA IN6/2010 E CONAMA N° 418/2009	02 ud
2	Refratômetro	Medição mínima de brix - Medição máxima de brix: 0 % - 50 %; Resolução: 0.1 %; Precisão: 1 %	06 ud
3	Gazebo	Articulado e com armação de aço carbono.	03 ud
4	Mesa	Dobrável com comprimento 1,80 m.	05 ud
5	Cadeira	Dobrável que Suporte até 120 Kg,	06 ud
6	Seringa	Seringa sem agulha	1000 ud
7	Caixa térmica (54 litros)	Possuir rodízios.	02 ud
8	Pistola Infravermelho	Pistola Para Medir Temperatura Com Laser	04 ud
9	Conta Gotas Dosador	Conta Gotas Dosador	45 ud
10	Frascos	Frascos de plástico 100 ml	1000 ud
11	Mangueira de silicone	diametro interno: 8mm, diametro externo: 11mm	100 M

\*O item Negro de Eriocromo T que consta no documento (76769132) foi retirado da listagem, pois foi confirmado com o laboratório do INEA que conseguem fornecer o quantitativo esperado pelo setor requisitante. Serviço de Controle de Poluição Veicular - SERVCPV.

#### 5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

##### 5.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

Orienta-se que a licitação seja realizada por item, dentro dos termos da Lei 14.133/2021, seguindo ainda as orientações previstas na Resolução PGE n° 4.588/2020, tendo em vista que a adjudicação por item permite um melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala.

Adicionalmente, destaca-se que ao realizar a adjudicação por item é possível propiciar a ampla participação de licitantes que, não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens aqui dispostos, em razão de suas particularidades.

## 5.2 Dos Prazos e Locais de Entrega

A entrega deverá ser agendada com o **Serviço de Controle de Poluição Veicular - SERVCPV**, localizada no Instituto Estadual do Ambiente - INEA situado na Avenida Venezuela, nº110 - Saúde/RJ-CEP:20081-312, sendo de responsabilidade da empresa contratada todos os custos inerentes ao frete, impostos, despesas diretas e indiretas.

O dia e horário deverão ser previamente agendados por intermédio de correio eletrônico: [fellipesej@gmail.com](mailto:fellipesej@gmail.com), bem como por telefone (21) 98848-3849 com o servidor Fellipe de Oliveira Pinto, entre o horário de 09h às 18h de segunda-feira a sexta-feira.

## 5.3 Avaliação de Qualidade e de Aceite

A Contratada deverá apresentar documentação técnica oficial e original (ex: especificações, catálogos, prospectos e folders) de **todos os produtos a serem oferecidos** pela contratada, antes do julgamento do resultado da licitação.

**Os produtos poderão ser rejeitados**, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 5.4 Pagamento

O INEA efetuará o pagamento de **FORMA ÚNICA**, por meio de crédito em conta bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que devidamente atestada pelo Gestor do CONTRATO.

Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contrata pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

## 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

O artigo 95, da Lei nº 14.133/21 prevê a substituição do instrumento do contrato nas situações de "dispensa de licitação em razão do valor" e de "**compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor**".

## 7 - DA GARANTIA CONTRATUAL DO PRODUTO

Declarar, detalhadamente, a garantia dos itens fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.

A substituição do produto acarretará a renovação da garantia por prazo de 12 (doze) meses.

O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto.

A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

## 8 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 14.133/2021.

### **8.2 Forma de fornecimento**

O fornecimento do objeto será integral.

### **8.3 Possibilidade de participação de consórcio**

A participação, ou vedação, de empresas constituídas em regime de consórcio tem sua previsão instituída na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, e é disciplinada conforme Resolução PGE nº 4.345/19 por meio da Nota Explicativa X.

Fazendo remissão ao Parecer nº 98/2018-FAG, temos que “no processo administrativo a participação ou vedação de consórcio deve obrigatoriamente ser objeto de motivação específica pelo gestor, justificando a decisão à luz do objeto e das características daquele mercado”.

Resta, então, entendido que a participação, ou vedação, de empresas em regime de consórcio no procedimento licitatório está no âmbito discricionário do Administrador, conforme se depreende do caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a quem cabe avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame.

No entendimento da Egrégia Corte de Contas da União:

*“Acórdão 1711/2017-Plenário: A decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade”.*

Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado ou a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação – o que não é o caso concreto.

Sem querer ser prolixo, temos que, conforme linhas anteriores, o presente procedimento tem como objeto a contratação de serviço comum, que é de técnica usual para o mercado, o que está em perfeita harmonia com o entendimento acima posto.

Vide, ainda, que a possibilidade de aglutinação de empresas em regime de consórcio acarretaria no efeito de que a competitividade, neste caso, viria a diminuir e, ato contínuo, impossibilitaria a Administração a auferir condições mais vantajosas para a pretensa contratação.

Na razoável reflexão do Professor Marçal Justen Filho:

*“É usual que a administração pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre particulares”.*

A ausência de participação de empresas em regime de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Endossando o parágrafo anterior, esse é o entendimento do TCU:

GRUPO II - CLASSE VII – Plenário TC 029.420/2015-6

REPRESENTAÇÃO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. COMPROVAÇÃO FÁTICA DE AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E DE VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

A participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade, podendo, eventualmente, ter o efeito oposto, limitando a concorrência devido à diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio(Acórdãos 1.072/2005, 1.591/2005, 1.417/2008 e 1.165/2012, do Plenário, e 2.813/2004 e 4.206/2014, da Primeira Câmara). Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, **veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.**

Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, conseqüentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

**8.3.2 Possibilidade de participação de cooperativa**

Em regra, a participação de cooperativas é permitida conforme art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021, contudo deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que diz:

“é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”

Desta forma, fica **vedada a participação de empresas constituídas em cooperativa.**

**8.3.3 Possibilidade de Subcontratação**

Os itens constantes neste termo de referência com as devidas especificações **não poderão ser subcontratados**, devendo ser executados por pessoal próprio da CONTRATADA, que deverá ser a única responsável por sua boa execução, conforme art. 122 da Lei 14.133/2021.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**9 -FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**9.1. Prazo de Validade, condições da proposta**

A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

O custo prestado pela CONTRATADA deverá ser estimado conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1		UNID.			
2		UNID.			
TOTAL (R\$)					

**9.2 Estimativa de Valor**

A estimativa de valor será calculada na etapa de pesquisa de mercado, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, seguindo orientações do Art. 18 da Lei 14.133/2021 e a outras legislações aplicáveis.

## **10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
2. Efetuar a entrega, no prazo e local indicados pelo INEA, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as indicações da fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Contratante, inerentes à execução do objeto contratual;
4. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
6. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização;
7. Comunicar ao INEA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
9. No caso da observância de irregularidades em quaisquer documentos, a CONTRATANTE terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do mesmo, para notificar a CONTRATADA.
10. A comunicação da CONTRATANTE, poderá ser por telefone, internet ou atendimento personalizado, através de canal disponibilizado pela CONTRATADA.
11. A CONTRATADA responderá a qualquer solicitação feita pela CONTRATANTE através de memorandos/ofícios devidamente registrados até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da solicitação.

## **11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, através de comissão/servidor especialmente designado;
2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.
3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.
4. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
5. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.
6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7. Aplicar à CONTRATADA as devidas sanções, penalidades legais e contratuais cabíveis.
8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
9. Colocar em prática as recomendações técnicas feitas pela empresa, relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança do equipamento e instalações.
10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato;
11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos laudos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A indicação da dotação orçamentária será realizada posteriormente pela Assessoria de Planejamento e Gestão (ASSPLAN), subordinada à Diretoria Executiva e de Planejamento (DIREX).

## **13 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

A contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual do INEA.

## **14 – DAS PENALIDADES:**

A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21, e especificamente à:

A ausência da entrega, total ou parcial, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **15 - CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO**

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## **16 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, condicionada à implementação das providências



discriminadas no presente estudo, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

**Atestamos que este Termo de Referência possui todos os elementos e parâmetros indicados no artigo 17 do Decreto estadual nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.**

### EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**Fellipe de Oliveira Pinto**

Chefe de Serviço

SERVCPV

4461140-4

Responsável Técnico

**Rafael Barbosa Campos**

Gerente

GERAR

4461228-1

Responsável Técnico

**Gabriella Felix**

Adjunto II - ServComp

ID Funcional:5125529-4

Responsável pela Elaboração

Rio de Janeiro, 25 junho de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Fellipe de Oliveira Pinto, Chefe de Serviço**, em 14/10/2024, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Barbosa Campos, Gerente**, em 14/10/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Felix Cupolillo, Adjunto**, em 14/10/2024, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **85319877** e o código CRC **7335314F**.